



# SIMULAPRO

Treine. Evolua. Passe.

## SIMULADO

# 05



PREPARE-SE COMO QUEM  
QUER FAZER PARTE.

# MPES

## AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES  
NO ESTILO  
DA BANCA



CONTEÚDO  
ATUALIZADO



DESEMPENHO  
DETALHADO



FOCO NA  
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



## Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

## Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

## Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



# Língua Portuguesa

## Questão 1

A principal linha argumentativa defendida pelo autor no texto sustenta que:

- A) O avanço tecnológico no controle interno elimina a necessidade de intervenção humana nas auditorias independentes.
- B) A eficácia no combate à corrupção institucional depende mais da infraestrutura digital instalada do que de fatores culturais humanos.
- C) A digitalização, isoladamente, não assegura a integridade da gestão se não for integrada a uma sólida cultura ética e fiscalizatória.
- D) As fraudes estruturais nasceram com a inserção dos sistemas informatizados complexos no âmbito do setor público.
- E) O desvio de finalidade na administração contemporânea decorre da sofisticação técnica excessiva dos novos softwares.

## Questão 2

No contexto em que está inserido, o vocábulo destacado em *itálico> possui sentido equivalente a:*

- A) Fidedigno.
- B) Licencioso.
- C) Esclarecedor.
- D) Incongruente.
- E) Inofensivo.

## Questão 3

Mantendo a coesão, a correção gramatical e o exato nexos de oposição do período, a locução em destaque pode ser perfeitamente substituída por:

- A) porquanto
- B) em que pese
- C) conquanto
- D) todavia
- E) visto que

## Questão 4

Caso a oração condicional acima descrita fosse alterada de modo a projetar uma hipótese realizável no futuro, mantendo-se a correlação verbal exigida pela norma-padrão, as formas assumidas pelos verbos destacados deveriam ser, respectivamente:

- A) interpor — serão
- B) intervir — seriam
- C) intervier — serão
- D) intervisse — seriam
- E) intervirá — fossem

## Questão 5

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está inteiramente em conformidade com as exigências da norma-padrão da língua:

- A) Devem-se buscar, nos próximos meses, novos modelos de fiscalização de contratos.
- B) Fazem quase cinco anos que o plano de carreira dos servidores foi estruturado.
- C) Mais de um técnico se criticaram mutuamente durante a reunião da assessoria.
- D) Grande parte dos relatórios técnicos continham falhas na descrição orçamentária.
- E) Fui eu que encaminhou as mídias para o setor de protocolo eletrônico.

### Questão 6

Atendendo aos critérios rígidos de paralelismo sintático, assinale a opção que reescreve a frase estruturando as correlações de forma perfeitamente simétrica:

- A) A nova diretriz institucional visa não apenas à consolidação da identidade digital das unidades, mas também à otimização da alocação de pessoal.
- B) A nova diretriz institucional visa não apenas consolidar a identidade digital das unidades, mas também à otimização da alocação de pessoal.
- C) A nova diretriz institucional visa tanto consolidar a identidade digital das unidades, quanto a otimização de pessoal.
- D) A nova diretriz institucional visa não só consolidar a identidade digital, mas também prezar pela otimização da alocação.
- E) A nova diretriz institucional visa à consolidação da identidade digital e simultaneamente otimizar a alocação.

### Questão 7

As lacunas do fragmento de texto devem ser preenchidas, de acordo com a norma-padrão, respectivamente por:

- A) às — a — às
- B) as — à — as
- C) às — à — a
- D) as — a — às
- E) às — à — às

### Questão 8

Se o redator optasse por inserir vírgulas para isolar a oração adjetiva contida no período ('Os processos administrativos, que continham vírgulas formais graves, foram suspensos...'), a consequência semântica imediata seria:

- A) A indicação de que apenas uma parcela restrita dos processos apresentava vírgulas graves e foi suspensa.
- B) A mudança de classificação da oração para adjetiva explicativa, indicando que a totalidade dos processos continha vírgulas graves e foi suspensa.
- C) A transformação do nexos adjetivo em uma circunstância estritamente temporal ou consecutiva.
- D) A produção de um erro de sintaxe por segregar o adjunto adnominal de seu respectivo núcleo substantivo.
- E) A manutenção integral do sentido original, dado o caráter meramente estilístico das vírgulas em orações subordinadas.

### Questão 9

Atendendo à regência nominal e verbal exigida pela norma culta, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) às — do que aos
- B) as — aos
- C) às — aos
- D) a — do que os
- E) com as — que os

### Questão 10

A oração introduzida pela locução sublinhada no período estabelece uma circunstância de:

- A) Tempo cronológico demarcado.
- B) Proporcionalidade concomitante.
- C) Causalidade retroativa.
- D) Conformidade administrativa.
- E) Concessão argumentativa.

### Questão 11

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, observando o rigor exigido pela norma-padrão quanto à colocação pronominal:

- A) havia esquecido-se — emitiriam-se
- B) se havia esquecido — expedir-se-iam
- C) havia se esquecido — se emitiriam
- D) se havia esquecido — se emitiriam
- E) havia esquecido-se — emitir-se-iam

### Questão 12

Morfologicamente, os vocábulos destacados classificam-se, na ordem em que aparecem, como:

- A) Advérbio de modo / Adjetivo.
- B) Advérbio de intensidade / Advérbio de modo.
- C) Advérbio de intensidade / Adjetivo.
- D) Adjetivo / Pronome indefinido.
- E) Pronome indefinido / Adjetivo.

### Questão 13

Os termos em destaque configuram, respectivamente, exemplos das seguintes figuras de linguagem:

- A) Metonímia e Antítese.
- B) Metáfora e Personificação.
- C) Hipérbole e Paradoxo.
- D) Sinestesia e Ironia.
- E) Catacrese e Eufemismo.

### Questão 14

As lacunas contidas no texto devem ser preenchidas, atendendo à concordância nominal padrão, pelas formas:

- A) anexas — proibida — bastantes
- B) anexo — proibido — bastante
- C) anexas — proibido — bastante
- D) anexo — proibida — bastantes
- E) anexas — proibida — bastante

### Questão 15

Os vocábulos destacados justificam, respectivamente, sua grafia e acentuação com base no seguinte critério gramatical:

- A) Sufixo indicador de substantivo derivado de adjetivo (-ez) / Palavra paroxítona terminada na consoante -l.
- B) Uso de fonema sibilante por razões etimológicas / Palavra oxítona terminada em ditongo decrescente.
- C) Sufixo nominal indicador de coletivo / Palavra proparoxítona decorrente de hiato vocálico.
- D) Grafia fonética de base etimológica latina / Palavra paroxítona terminada em ditongo oral.
- E) Grafia fixada por derivação regressiva verbal / Palavra oxítona terminada em consoante líquida.

## Raciocínio Lógico matemático

### Questão 16

Considerando os princípios da lógica proposicional clássica, uma afirmação logicamente equivalente à diretriz emitida pelo inspetor é:

- A) Se a equipe de plantão não for acionada por rádio, então a câmera principal não falhou ou o alarme sonoro disparou.
- B) Se a equipe de plantão não for acionada por rádio, então a câmera principal não falhou e o alarme sonoro disparou.
- C) Se a câmera principal não falhar ou o alarme sonoro disparar, então a equipe de plantão não será acionada por rádio.
- D) A câmera principal falha e o alarme sonoro não dispara, ou a equipe de plantão não será acionada por rádio.
- E) Se a equipe de plantão for acionada por rádio, então a câmera principal falhou e o alarme sonoro não disparou.

### Questão 17

Com base nas propriedades operacionais de conjuntos, o total de processos desse lote que não apresentava nenhuma das duas falhas analisadas é igual a:

- A) 15
- B) 20
- C) 25
- D) 30
- E) 35

### Questão 18

Considerando as relações de porcentagem informadas, o valor total destinado exclusivamente à aquisição de pastas e arquivos plásticos foi de:

- A) R\$ 25.000,00
- B) R\$ 30.000,00
- C) R\$ 32.000,00
- D) R\$ 36.000,00
- E) R\$ 42.000,00

### Questão 19

Cumprindo-se rigorosamente as diretrizes formais de proporcionalidade inversa, a quantidade de documentos que coube ao agente Yuri digitalizar foi de:

- A) 60
- B) 90
- C) 100
- D) 150
- E) 160

### Questão 20

Considerando que o empilhamento deve preencher o interior da caixa sem deformações ou folgas residuais, a quantidade máxima desses blocos de pastas que caberá em uma única caixa organizadora é igual a:

- A) 60
- B) 80
- C) 100
- D) 120
- E) 140

## Legislação e Código de Ética do MPES

### Questão 21

De acordo com as diretrizes e a terminologia técnica fixadas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação, denomina-se:

- A) Tabela de Temporalidade Documental Passiva.
- B) Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- C) Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar Administrativa.
- D) Plano de Carreiras e Vencimentos Tecnológicos.
- E) Estatuto de Governança Digital Compartilhada.

## Questão 22

Conforme os parâmetros regulamentares estabelecidos pela Portaria nº 8565/2017, a governança institucional no âmbito do MPES desdobra-se em instâncias técnicas encarregadas de exercer as funções de:

- A) Veto legislativo e controle orçamentário externo absoluto.
- B) Estratégia, tática e operação, por meio de comitês gestores focados em avaliar, direcionar e monitorar a gestão organizacional.
- C) Julgamento recursal jurisdicional sobre os atos praticados por magistrados estaduais.
- D) Sancionamento cível sumário de cidadãos que ajuízem demandas consideradas eivadas de má-fé.
- E) Edição de decretos de intervenção político-partidária nas prefeituras do interior.

## Questão 23

Considerando as regras rígidas de autonomia orçamentária e financeira outorgadas ao Ministério Público pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, a iniciativa formal para deflagrar o processo legislativo sobre o quadro de pessoal e cargos da instituição compete:

- A) Privativamente ao Governador do Estado por delegação orçamentária compulsória.
- B) Exclusivamente ao Procurador-Geral de Justiça, cuja proposta de criação ou extinção de cargos depende de posterior aprovação de lei estadual.
- C) Ao Presidente do Tribunal de Justiça por simetria orgânica jurisdicional ordinária.
- D) A qualquer parlamentar em exercício na Assembleia, independentemente de consulta à PGJ.
- E) Ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por prerrogativa corporativa.

## Questão 24

Conforme os parâmetros normativos expressos regulados pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a concessão de licenças e autorizações para afastamento de membros da carreira para fins de aperfeiçoamento acadêmico no exterior compete privativamente ao:

- A) Secretário de Estado da Educação de forma direta.
- B) Conselho Superior do Ministério Público.
- C) Governador do Estado mediante decreto discricionário absoluto.
- D) Tribunal de Contas do Estado por fiscalização de fomento.
- E) Comitê gestor de servidores estáveis da Diretoria Geral.

## Questão 25

À luz das diretrizes éticas e morais imperativas dispostas na Resolução CNMP nº 261/2023, a conduta do servidor caracteriza violação fundamental aos deveres de:

- A) Identidade vernacular e celeridade procedimental simples.
- B) Urbanidade, respeito recíproco, polidez e manutenção de relacionamento interpessoal harmônico indispensável à dignidade da função pública.
- C) Autonomia financeira e contabilidade compartilhada.
- D) Temporalidade documental digital e publicidade facultativa.
- E) Livre manifestação político-partidária em ambiente restrito corporativo.

## Questão 26

De acordo com os preceitos expressos de transparência e competência contidos na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a responsabilidade legal de administrar o orçamento, ordenar despesas e enviar a prestação de contas anual do Ministério Público ao Tribunal de Contas cabe privativamente ao:

- A) Secretário de Estado da Fazenda de forma compulsória.
- B) Procurador-Geral de Justiça, na qualidade de Chefe da Instituição e seu ordenador máximo de despesas.
- C) Presidente da Assembleia Legislativa por controle político concomitante.
- D) Corregedor-Geral por meio de avocação de auditoria ordinária.
- E) Ouvidor Geral de Atendimento ao Cidadão capixaba.

## Questão 27

Conforme os parâmetros e as bases de tratamento estipulados pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a eliminação de dados pessoais ao término do seu período de tratamento é obrigatória, sendo permitida a sua conservação pelo controlador exclusivamente para a seguinte finalidade legal expressa:

- A) Uso comercial irrestrito por empresas terceirizadas de publicidade e marketing digital.
- B) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória, estudo por órgão de pesquisa (garantida a anonimização) ou transferência a terceiro, respeitados os requisitos legais.
- C) Venda de dados cadastrais a instituições financeiras privadas para a formação de escores de crédito.
- D) Cessão discricionária das listas de e-mails a comitês de partidos políticos locais.
- E) Manutenção secreta dos prontuários em servidores paralelos para fins de investigação informal culposa.

## Questão 28

Com amparo nas diretrizes de governança digital instituídas pela Portaria PGJ nº 897/2023, constitui uma obrigação imperativa dos usuários e servidores do MPES no tratamento de dados de cidadãos:

- A) Armazenar cópias das planilhas nominais em dispositivos pessoais e mídias externas particulares desprovidas de criptografia.
- B) Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou difusão.
- C) Disponibilizar voluntariamente as senhas de acesso ao SEI a familiares e terceiros para agilização do trâmite rotineiro.
- D) Ignorar os alertas de incidentes informáticos emitidos pela Diretoria de TI para evitar a paralisação do compliance formal.
- E) Transferir os logs de acesso a servidores públicos de outros estados sem autorização prévia da PGJ.

## Questão 29

Frente às funções institucionais e limites expressos delineados pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, assinale a opção correta acerca da atuação ministerial:

- A) O Ministério Público é obrigado a ajuizar ações civis públicas diante de qualquer denúncia anônima, independentemente de triagem técnica preliminar.
- B) As funções institucionais do Ministério Público só podem ser exercidas por membros integrantes da carreira, que deverão residir na comarca de sua respectiva lotação, salvo autorização expressa do chefe da instituição.
- C) A Constituição Estadual autoriza a subordinação do MPES ao Poder Judiciário em matéria de fiscalização orçamentária interna ordinária.
- D) O Procurador-Geral de Justiça pode acumular o cargo ministerial com funções político-partidárias ativas no estado.
- E) É permitido ao Ministério Público exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas privadas conveniadas.

### Questão 30

De acordo com os parâmetros rígidos de quórum e competência orgânica regulados pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público, antes do término regular de seu mandato bienal, exige:

- A) Decisão monocrática motivada por escrito exarada pelo Governador do Estado de forma direta.
- B) Proposta do Procurador-Geral de Justiça aprovada pelo voto secreto de dois terços dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de falta grave, assegurada ampla defesa.
- C) Sorteio público randômico semanal realizado entre os Promotores de Justiça de entrância especial.
- D) Aprovação unânime e por aclamação de todos os prefeitos que componham a região metropolitana da capital.
- E) Metade mais um dos votos dos analistas efetivos estáveis pertencentes ao grupo ocupacional administrativo.

## Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

### Questão 31

Um Deputado Estadual, durante bônus de pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa, proferiu duras ofensas de cunho pessoal contra um Promotor de Justiça do MPES, associando-o, sem provas, a crimes de corrupção. O membro do MP acionou o Judiciário pleiteando indenização por danos morais. De acordo com a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a imunidade parlamentar material, a responsabilização civil do Deputado:

- A) É viável, pois a imunidade material não acoberta crimes contra a honra ou ofensas de cunho pessoal desprovidas de caráter político.
- B) É inviável, visto que as manifestações proferidas por parlamentares no exercício do mandato e dentro da respectiva Casa Legislativa gozam de presunção de nexos funcional absoluta, estando protegidas de forma inviolável.
- C) Depende de prévia licença outorgada pela Assembleia Legislativa por voto de dois terços dos seus membros.
- D) É cabível apenas se as declarações forem veiculadas concomitantemente em redes sociais privadas do parlamentar.
- E) Fica suspensa até o término do mandato eletivo, iniciando-se então a fluência do prazo prescricional ordinário.

### Questão 32

Uma sociedade de economia mista estadual, prestadora de serviços públicos essenciais em regime de monopólio e sem intuito primordial de lucro, sofreu condenação judicial definitiva ao pagamento de vultosa quantia a um fornecedor. No momento da execução do julgado, a empresa requereu a aplicação do regime de precatórios (Art. 100 da CRFB/88). Diante dos precedentes vinculantes do STF, a extensão do regime de precatórios a essa entidade:

- A) É vedada de forma absoluta, pois as empresas estatais submetem-se imperativamente ao regime jurídico próprio das empresas privadas (Art. 173, § 1º, II, da CF).
- B) É admitida excepcionalmente, uma vez que o STF estende o regime de precatórios às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado, em regime não concorrencial e sem intuito de lucro.
- C) Depende de autorização expressa em lei complementar editada pelo Congresso Nacional.
- D) É cabível apenas se a dívida possuir natureza estritamente alimentar.
- E) É automática para toda e qualquer empresa estatal, independentemente da atividade econômica desenvolvida ou do regime de mercado.

### Questão 33

Diante da ausência de regulamentação de um direito social previsto na Constituição Federal, determinada associação nacional impetrou Mandado de Injunção Coletivo e, simultaneamente, um partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Confrontando os institutos do controle de omissões, assinale a afirmativa correta:

- A) Ambos os institutos integram o controle difuso de constitucionalidade, possuindo os mesmos legitimados ativos.
- B) O Mandado de Injunção é um remédio constitucional de controle concreto, enquanto a ADO é um instrumento de controle abstrato e concentrado da constitucionalidade das omissões legislativas.
- C) A procedência da ADO confere ao Poder Judiciário a prerrogativa de editar diretamente a norma regulamentadora faltante com eficácia erga omnes.
- D) O Mandado de Injunção perdeu o objeto face à adoção da teoria não concretista pelo STF.
- E) Apenas o Mandado de Injunção admite a fixação de prazo para que o órgão legislativo edite a norma.

### Questão 34

O Coordenador de Recursos Humanos do MPES exonerou um servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, aduzindo formalmente, na portaria de exoneração, que o ato decorria de 'estrita necessidade de redução de despesas com pessoal face aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal'. Posteriormente, restou documentalmente provado que o órgão operava muito abaixo do limite prudencial e que a despesa com pessoal havia caído no trimestre. À luz da Teoria dos Motivos Determinantes, o ato de exoneração é:

- A) Válido, pois o cargo em comissão é de livre exoneração (ad nutum), tornando a motivação um elemento irrelevante para a validade do ato.
- B) Nulo, pois a validade do ato administrativo vincula-se aos motivos apresentados como seu fundamento; se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato padece de vício insanável.
- C) Anulável, mas sujeito a convalidação se a autoridade editar nova portaria alterando a justificativa fiscal para critérios de desempenho.
- D) Válido, operando-se apenas a responsabilização civil regressiva da autoridade que inseriu os dados inexatos.
- E) Inexistente, ante a ausência de manifestação válida de vontade da chefia institucional.

### Questão 35

No curso de um procedimento investigatório criminal (PIC) instaurado para apurar desvios de recursos em contratos de publicidade de uma autarquia, o Ministério Público requisitou diretamente a uma instituição bancária privada o envio de extratos consolidados das contas correntes dos investigados, sem prévia autorização do Poder Judiciário. De acordo com o entendimento consolidado do STF:

- A) A requisição é plenamente legítima, pois o MP detém poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciais.
- B) A requisição é ilegal, visto que o sigilo bancário está protegido pela cláusula de reserva de jurisdição, exigindo autorização do Poder Judiciário para sua quebra, ressalvada a atuação das CPIs e hipóteses fiscais taxativas.
- C) A quebra é válida, desde que o valor total das movimentações suspeitas ultrapasse cem salários mínimos.
- D) O sigilo bancário não se aplica a contas cuja titularidade pertença a parentes de agentes públicos investigados.
- E) A ilegalidade é sanada caso o Poder Judiciário ratifique ex post a requisição direta formulada pelo Parquet.

### Questão 36

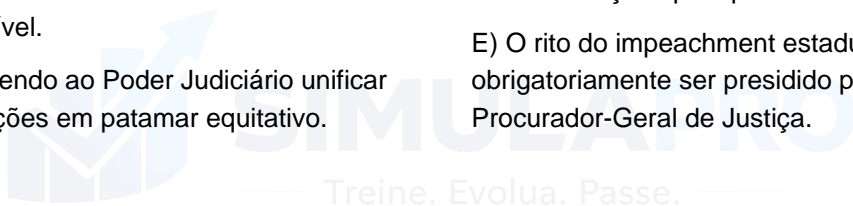
O Procon Estadual aplicou severa penalidade de multa administrativa a uma concessionária de telefonia móvel por práticas comerciais abusivas. A empresa recorreu alegando que a fixação da sanção violava o princípio do 'non bis in idem', pois o órgão regulador federal (Anatel) já havia aplicado multa pecuniária decorrente dos mesmos fatos geradores. No âmbito do Direito Administrativo sancionador, a alegação da empresa é:

- A) Procedente, pois o cometimento de uma única infração impede a cumulação de penalidades por diferentes órgãos de matiz estatal.
- B) Improcedente, tendo em vista a autonomia das esferas de atuação e das competências fiscalizatórias; enquanto a Anatel atua na regulação técnica do setor, o Procon exerce o poder de polícia na proteção das relações de consumo.
- C) Procedente, devendo prevalecer a multa aplicada pelo órgão de menor espectro federativo.
- D) Improcedente, unicamente porque multas administrativas possuem natureza de tributo parafiscal indestrutível.
- E) Procedente, cabendo ao Poder Judiciário unificar os valores das sanções em patamar equitativo.

### Questão 37

Um Governador de Estado foi denunciado perante a Assembleia Legislativa pela suposta prática de crime de responsabilidade (infração político-administrativa). Diante dos parâmetros traçados pela Constituição Federal de 1988 e pela jurisprudência do STF sobre o rito do impeachment, assinale a afirmativa correta:

- A) Os Estados-membros possuem plena competência legislativa para definir novos crimes de responsabilidade e fixar o respectivo rito processual em suas Constituições Estaduais.
- B) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União (Súmula Vinculante nº 46 do STF).
- C) O julgamento de Governador por crime de responsabilidade dar-se-á originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça.
- D) O recebimento da denúncia pela Assembleia Legislativa afasta automaticamente o Governador de suas funções pelo prazo fixo de 90 dias.
- E) O rito do impeachment estadual deve obrigatoriamente ser presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.



### Questão 38

O Ministério Público publicou no Portal da Transparência a remuneração nominal e os respectivos subsídios de todos os seus membros e servidores ativos. Um servidor acionou o Poder Judiciário requerendo a retirada de seus dados nominais da internet, alegando violação ao seu direito à privacidade e à segurança pessoal. Conforme o entendimento fixado pelo STF em sede de repercussão geral, a divulgação realizada pelo órgão é:

- A) Ilegal, pois a intimidade financeira do servidor público é inviolável, devendo o Portal apresentar apenas dados numéricos globais ou matriciais genéricos.
- B) Legítima, pois prevalece o princípio da publicidade e do interesse coletivo à transparência dos gastos públicos, sendo constitucional a divulgação nominativa e individualizada das remunerações dos agentes públicos.
- C) Ilegal, a menos que haja autorização prévia e individual por escrito firmada pelo servidor afetado.
- D) Legítima, desde que os dados fiquem expostos na internet por período não superior a trinta dias por ano.
- E) Ilegal, por configurar desvio de finalidade na aplicação dos recursos tecnológicos do Estado.

### Questão 39

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou a invalidade de uma lei federal com efeitos 'ex tunc'. Contudo, verificando que a imediata desconstituição de todos os atos praticados sob a égide da norma geraria grave insegurança jurídica e colapso na prestação de serviços essenciais, o Tribunal decidiu modular os efeitos da decisão. Para que ocorra a modulação dos efeitos em sede de controle concentrado, exige-se o voto de:

- A) Maioria absoluta dos membros do Tribunal (6 ministros).
- B) Dois terços dos membros do Tribunal (8 ministros).
- C) Maioria simples dos ministros presentes à sessão de julgamento.
- D) Unanimidade dos integrantes do Plenário plenamente constituído.
- E) Três quintos dos ministros que compõem as turmas isoladas.

### Questão 40

Uma concessionária de serviço público de energia elétrica interrompeu o fornecimento do serviço a uma escola pública municipal em virtude do inadimplemento das contas mensais. A interrupção foi precedida de aviso prévio formal. À luz do ordenamento jurídico-administrativo e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a conduta da concessionária é:

- A) Lícita, haja vista que a continuidade do serviço público não é um princípio absoluto e admite corte por inadimplemento de qualquer usuário.
- B) Ilícita, pois a interrupção do fornecimento de serviço essencial a pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços fundamentais (como educação e saúde) é vedada por atingir o núcleo do interesse público primário.
- C) Lícita, desde que a concessionária ajuíze concomitantemente ação de execução fiscal contra o Município.
- D) Ilícita, exceto se o corte ocorrer durante o período de férias escolares obrigatórias.
- E) Lícita, importando a imediata reversão compulsória do patrimônio imobiliário da escola em favor da concessionária.

### Questão 41

Um candidato foi aprovado em 3º lugar dentro do número de vagas (que previa 5 vagas imediatas) em concurso público para provimento do cargo de Técnico do Ministério Público. Durante o prazo de validade do certame, a Administração não realizou nenhuma nomeação. Expirado o prazo de validade do concurso, o candidato ingressou com ação judicial. Segundo a tese fixada pelo STF em repercussão geral (Tema 161), o candidato possui:

- A) Mera expectativa de direito, cabendo ao Judiciário respeitar a discricionariedade do órgão.
- B) Direito subjetivo à nomeação, pois a aprovação dentro do número de vagas ofertadas no edital vincula a Administração, gerando obrigação de provimento dentro do prazo de validade.
- C) Direito à nomeação condicionado à comprovação de que o órgão possui dotação orçamentária extraordinária superveniente.
- D) Mera expectativa, convertida em direito apenas se demonstrada a contratação de pessoal terceirizado em desvio de função.
- E) Direito adquirido à indenização civil substitutiva equivalente a doze meses de subsídio profissional.

### Questão 42

Em decorrência de chuvas torrenciais previsíveis na região urbana de Vitória/ES, uma árvore de grande porte, cuja deterioração interna já havia sido formalmente notificada à prefeitura pelos moradores há mais de seis meses, desabou sobre um veículo particular em movimento, lesionando o condutor. Diante das regras de responsabilidade civil decorrentes de omissão estatal, o lesado fará jus à indenização baseada na responsabilidade:

- A) Objetiva pura, fundada na teoria do risco integral, prescindindo de qualquer nexo material causal.
- B) Subjetiva, baseada na teoria da culpa do serviço (faute du service), cabendo ao lesado demonstrar a omissão culposa do ente público (negligência na manutenção das vias e árvores após notificação).
- C) Inexistente, tratando-se de caso fortuito ou força maior decorrente de fenômeno da natureza indestrutível.
- D) Objetiva, com base no risco administrativo mitigado por excludente de fato de terceiro.
- E) Subjetiva por dolo direto do agente político encarregado do setor de obras.

### Questão 43

Determinada lei estadual criou regras locais rígidas de tratamento e proteção de dados pessoais coletados por empresas de tecnologia instaladas em seu território, prevendo penalidades de suspensão de atividades comerciais em caso de descumprimento. À luz da disciplina das competências privativas editada pela Emenda Constitucional nº 115/2022, a referida lei estadual é:

- A) Constitucional, visto que a proteção ao consumidor e dados é de competência concorrente.
- B) Inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
- C) Constitucional, desde que as sanções administrativas sejam aplicadas unicamente por juízes de direito estaduais.
- D) Inconstitucional, exclusivamente por violar o livre mercado de patentes internacionais de softwares.
- E) Constitucional, face à soberania tributária e regulatória interna que os Estados ostentam na federação.

#### Questão 44

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo celebrou um termo de permissão de uso de espaço público, a título precário e gratuito, com uma associação de assistência mútua de servidores para a exploração de uma lanchonete nas dependências internas de sua sede. Passados dois meses, por razões de reorganização do layout de segurança da portaria, o MP revogou unilateralmente a permissão. A associação ingressou com liminar judicial exigindo permanência até o fim do ano civil. O pleito da associação é:

- A) Procedente, face à teoria dos atos próprios e à boa-fé contratual que impede resilições intempestivas.
- B) Improcedente, haja vista que a permissão de uso de bem público é ato administrativo unilateral, discricionário e essencialmente precário, podendo ser revogado a qualquer tempo pela Administração por razões de interesse público, sem gerar direito a indenização em regra.
- C) Procedente, desde que a associação comprove o investimento financeiro na compra de insumos alimentícios perecíveis.
- D) Improcedente, exclusivamente porque permissões de uso de espaço interno exigem autorização legislativa prévia em formato de lei ordinária municipal.
- E) Procedente, operando-se a estabilização do ato pela aplicação analógica das regras da locação comercial privada.

#### Questão 45

Um Promotor de Justiça em exercício, desejando diversificar suas atividades econômicas e intelectuais, aceitou o convite para integrar o conselho de administração de uma grande empresa comercial privada e, simultaneamente, assumiu a função de coordenador pedagógico de uma faculdade de direito privada. Confrontando as condutas com as vedações funcionais impostas pelo Art. 128, § 5º, II da CRFB/88, o Promotor de Justiça:

- A) Atuou integralmente de forma lícita, haja vista as garantias de liberdade profissional de que goza todo cidadão.
- B) Incorreu em vedação constitucional ao exercer o comércio ou participar de sociedade comercial (como conselheiro de administração), mas atuou de forma legítima ao exercer uma função de magistério (coordenação/docência), que constitui a única exceção permitida à dedicação exclusiva.
- C) Violou a Constituição em ambas as condutas, uma vez que o regime do Ministério Público impõe dedicação exclusiva absoluta, vedando qualquer atividade externa paga.
- D) Incorreu em vedação apenas no cargo da faculdade, pois o exercício de conselhos privados constitui atividade civil livre.
- E) Pode manter ambas as funções desde que abra mão voluntariamente de 30% de seu subsídio ministerial fixo.

## Noções de Administração e de Administração Pública

### Questão 46

A evolução dos modelos de gestão pública consolidou o chamado paradigma pós-burocrático. Diferenciando-se da burocracia tradicional pelo foco na flexibilidade e na inovação, este modelo foca na criação de valor público por meio de:

- A) Rígido controle de insumos e processos intermediários.
- B) Articulação de redes de governança participativa, incentivo à transparência e foco nos resultados orientados para o cidadão.
- C) Ampliação dos níveis hierárquicos e estruturas de comando verticais.
- D) Restabelecimento do sigilo estratégico sobre despesas corporativas.
- E) Instituição de cargos vitalícios de livre nomeação executiva.

### Questão 47

A reforma do aparelho estatal fundamenta-se, por vezes, no princípio da subsidiariedade. Sob a perspectiva da redefinição do papel do Estado e das funções da administração indireta e terceiro setor, este princípio preceitua que:

- A) O Estado deve assumir de forma centralizada e exclusiva a execução de toda e qualquer atividade econômica ou social.
- B) O Estado só deve atuar diretamente naquelas esferas e funções que a iniciativa privada ou o setor público não estatal (sociedade civil) não forem capazes de realizar por conta própria.
- C) As autarquias perdem a autonomia administrativa, subordinando-se ministerialmente de forma absoluta.
- D) Toda atividade de relevância social deve obrigatoriamente gerar lucros de mercado.
- E) O controle de legalidade dos atos públicos deve ser delegado a consultorias internacionais.

### Questão 48

A Subprocuradoria-Geral de Gestão Estratégica do MPES realizou uma análise diagnóstica interna para o novo plano de metas. A equipe identificou a 'alta capacitação técnica do quadro de servidores efetivos' como um ponto interno positivo e o 'contingenciamento orçamentário decorrente da queda de arrecadação do ICMS' como um fator externo negativo. Na matriz SWOT, essas variáveis correspondem, respectivamente, a:

- A) Oportunidade e Fraqueza.
- B) Força (Strength) e Ameaça (Threat).
- C) Força (Strength) e Fraqueza (Weakness).
- D) Oportunidade e Ameaça.
- E) Tendência e Gravidade.

### Questão 49

Um ex-dirigente de uma agência reguladora estadual de saneamento básico desligou-se do cargo público. No mês seguinte, aceitou proposta para atuar como consultor estratégico sênior de uma grande empresa privada que participa de licitações reguladas pela agência que ele chefiava. Sob o prisma da ética e conflito de interesses, essa conduta confronta a seguinte restrição:

- A) O direito absoluto ao livre exercício profissional privado pós-exoneração.
- B) O período de impedimento (ou quarentena), que veda temporariamente ao ex-ocupante de cargo de alta gestão prestar serviços a empresas afetadas por suas decisões, visando impedir o uso de informações privilegiadas.
- C) A regra de ouro de contenção de despesas de pessoal da LRF.
- D) O princípio da publicidade passiva dos atos fiscais de conselho.
- E) A estabilidade funcional assegurada de forma perpétua aos agentes comissionados.

### Questão 50

A Corregedoria do MPES utilizou uma ferramenta da qualidade para rastrear e categorizar as causas que geravam o problema de 'atraso excessivo na tramitação de inquéritos civis'. A ferramenta permitiu agrupar as causas em blocos estruturais (Mão de Obra, Método, Máquina, Material). Essa técnica de gestão denomina-se:

- A) Matriz de Priorização GUT.
- B) Diagrama de Causa e Efeito (ou Diagrama de Ishikawa).
- C) Gráfico de Pareto de dispersão.
- D) Ciclo de reengenharia continuada.
- E) Histograma de variância de prazos.

### Questão 51

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MPES, o gerenciamento do nível de visibilidade dos processos e documentos pelos usuários internos e externos obedece a regras formais. O nível de acesso configurado para processos que contenham dados pessoais sensíveis, protegidos por segredo de justiça, impedindo a visualização por usuários de outras unidades não autorizadas, denomina-se:

- A) Público.
- B) Restrito.
- C) Sigiloso.
- D) Oculto temporário.
- E) Imune por decurso de prazo.

### Questão 52

As rotinas arquivísticas estruturam o fluxo documental com base na frequência de uso das peças. Quando um conjunto de processos encerra sua fase de tramitação operacional ativa (fase corrente), mas ainda precisa ser mantido pelo órgão em razão de prazos legais de prescrição ou potencial consulta esporádica pela chefia, os autos devem ser submetidos à:

- A) Eliminação por incineração protetiva.
- B) Transferência para o arquivo intermediário (ou de segunda idade).
- C) Recolhimento definitivo ao arquivo permanente.
- D) Desmaterialização com destruição de metadados.
- E) Devolução ao cartório judicial de origem.

### Questão 53

O Portal da Transparência atua como a principal plataforma de materialização do princípio da publicidade na era digital. De acordo com os parâmetros de usabilidade, transparência ativa e acessibilidade exigidos pela Lei nº 12.527/11, as informações disponibilizadas nos portais eletrônicos devem obrigatoriamente:

- A) Estar protegidas por senhas criptografadas restritas a servidores públicos.
- B) Ser disponibilizadas em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, facilitando a análise e reutilização dos dados pela sociedade.
- C) Exigir a indicação dos motivos do acesso pelo cidadão como condição de download.
- D) Ser atualizadas exclusivamente a cada encerramento de mandato executivo.
- E) Apresentar dados financeiros resumidos em moeda estrangeira flutuante.

### Questão 54

No balcão de atendimento das promotorias de justiça, o fluxo de comunicação entre o técnico administrativo (emissor) e o cidadão (receptor) pode sofrer a incidência de barreiras semânticas. Esse tipo de ruído ou distorção na mensagem ocorre especificamente quando:

- A) O canal de atendimento eletrônico sofre uma pane nos servidores de internet.
- B) O atendente utiliza jargões técnicos complexos ou termos jurídicos ('juridiquês') cujo significado ou sentido o cidadão comum não consegue decodificar ou compreender de forma clara.
- C) O cidadão apresenta problemas físicos de audição ou fala.
- D) O ambiente físico da recepção apresenta excesso de barulho de obras externas.
- E) O servidor atua de forma intencionalmente ríspida com o usuário.

### Questão 55

Os Conselhos de Políticas Públicas (como os de saúde, educação ou direitos da criança) constituem canais institucionalizados de participação democrática. No âmbito da modelagem da Administração Pública gerencial participativa, esses colegiados manifestam o exercício do controle social por meio de sua natureza jurídica predominantemente:

- A) Executiva e imune a fiscalizações orçamentárias.
- B) Deliberativa, consultiva e de fiscalização, composta de forma paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil organizada.
- C) Jurisdicional originária privativa de servidores de carreira.
- D) Subsidiária e temporária, com vigência restrita a feriados civis.
- E) Autocrática centralizada sob o comando exclusivo do Prefeito.

### Questão 56

A Diretoria de Contratos do MPES realizou uma ampla pesquisa de preços no mercado logístico capixaba e conseguiu renegociar os valores de locação de impressoras corporativas, obtendo uma redução de 25% no custo mensal do contrato para o mesmo volume de máquinas. Esse indicador focado estritamente na minimização dos custos de aquisição de insumos, sem perda da qualidade exigida, mede a:

- A) Eficácia de produção nominal.
- B) Economicidade.
- C) Efetividade social externa.
- D) Equidade fiscal setorial.
- E) Exemplaridade organizacional interna.

### Questão 57

Determinada Sociedade de Economia Mista estadual atua na exploração de atividade econômica de mineração no mercado concorrencial privado. À luz do regime constitucional da Administração Indireta (Art. 173 da CF), a referida entidade estatal:

- A) Goza de ampla imunidade tributária e privilégios fiscais não estendidos ao setor privado.
- B) Sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- C) Fica isenta da realização de licitações para a compra de quaisquer insumos corporativos.
- D) Pode contratar seus empregados permanentes por livre nomeação sem concurso.
- E) Submete seu patrimônio imobiliário ao regime de impenhorabilidade absoluta autárquica.

### Questão 58

No âmbito das metodologias modernas de gestão estratégica adotadas no serviço público, o Balanced Scorecard (BSC) destaca-se como ferramenta de desdobramento de metas. O objetivo básico da aplicação do BSC em organizações do aparato estatal é permitir:

- A) A centralização rígida dos fluxos operacionais de protocolo.
- B) Traduzir a estratégia, a missão e a visão de longo prazo da organização em objetivos, indicadores e metas concretas distribuídas sob múltiplas perspectivas alinhadas.
- C) Eliminar o uso de sistemas eletrônicos em prol de pastas físicas.
- D) Garantir a estabilidade decenal automática a funcionários terceirizados.
- E) Aumentar os custos das despesas correntes de pessoal administrativo.

### Questão 59

A coordenação de um setor tentou implementar uma nova rotina automatizada de triagem eletrônica via SEI. Contudo, os servidores do setor reagiram de forma negativa, sabotando sutilmente o uso do software e insistindo na manutenção das planilhas manuais paralelas, alegando medo de perda de controle ou alteração do status quo. Essa disfunção burocrática conceitua-se como:

- A) Deslocamento de objetivos puros.
- B) Resistência às mudanças.
- C) Improcedência funcional relativa.
- D) Excesso de profissionalização meritocrática.
- E) Categorização de decisões administrativas.

### Questão 60

A central de autuação do MPES recebeu uma remessa digital externa contendo peças avulsas de petição que careciam de identificação clara do assunto ou da promotoria destinatária. De acordo com as boas práticas de gestão de rotinas de protocolo eletrônico e triagem, o atendente deve:

- A) Excluir os arquivos eletrônicos imediatamente do servidor da TI.
- B) Realizar a autuação preliminar registrando as inconsistências detetadas em metadados, abrir prazo de diligência eletrônica para saneamento pelo remetente ou encaminhar ao setor de triagem centralizada para classificação.
- C) Imprimir as peças, arquivá-las em caixas de descarte sem registro no sistema.
- D) Inventar um assunto aleatório e tramitar o processo para qualquer comarca do interior.
- E) Manter os arquivos retidos em sua lixeira virtual até o encerramento do ano civil.

# Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

## Tema

A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos omissivos em áreas de risco: o limite entre o dever de agir e a cláusula da reserva do possível

## Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A responsabilidade civil do Estado pelas condutas comissivas de seus agentes, nos termos do Artigo 37, § 6º da CRFB/88, assenta-se sobre a natureza objetiva (teoria do risco administrativo). Contudo, em se tratando de condutas omissivas, a doutrina e a jurisprudência majoritárias exigem a comprovação de um elemento subjetivo: a falha ou culpa do serviço (faute du service). O dever de agir do Estado e o poder de polícia impõem que o ente público fiscalize e adote medidas preventivas em áreas urbanas de risco geológico ou inundação. O cerne do debate reside em estabelecer as fronteiras jurídicas dessa responsabilidade: quando a omissão do administrador deixa de ser um evento geral da natureza (força maior) para se converter em negligência indenizável?

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Princiologia: O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmaram entendimento de que o Estado responde subjetivamente pelos danos causados a particulares por omissões sempre que descumprir um dever legal específico de agir. No caso de deslizamentos de encostas ocupadas de forma consolidada e previamente notificadas à Defesa Civil, a inércia do poder público em remover os moradores ou realizar obras de contenção caracteriza omissão culposa. Em contrapartida, a advocacia pública evoca recorrentemente a teoria da 'reserva do possível' e a escassez de recursos orçamentários, alegando que o Judiciário, ao impor indenizações vultosas ou obras compulsórias, viola a separação dos poderes e fragiliza o planejamento de contingência fiscal.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Relatórios consolidados pelas instâncias de monitoramento social apontam que mais de 60% das áreas habitadas sob alto risco de desastre nas regiões metropolitanas brasileiras já foram objeto de recomendações formais ou termos de ajustamento de conduta emitidos pelo Ministério Público aos municípios, sem a devida execução operacional e tática na fase do planejamento urbano. Além disso, dados das Ouvidorias indicam que o controle social falha em pressionar por medidas preventivas antes do período de chuvas. O impasse central reside em definir se a responsabilização patrimonial do Estado atua como efetivo pedagógico para elevar a eficiência da infraestrutura urbana ou se penaliza o erário por distorções socioeconômicas e habitações informais cuja resolução foge aos limites orçamentários da administração ordinária.

## Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

# Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



# Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

